

A CIDADE: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA PAISAGEM URBANA DA METRÓPOLE PELO PINA, RECIFE – PE

THE CITY: A GEOGRAPHIC READING OF METROPOLIS URBAN LANDSCAPE BY PINA, RECIFE –PE

Julio César Félix da SILVA¹
Edvânia Tôrres Aguiar GOMES²
Mariana Zerbone Alves de ALBUQUERQUE³

RESUMO

Hoje, a cidade é o locus da sociedade, mormente a metrópole, por reunir as melhores condições quantitativas para a realização da vida humana. Mas, ao mesmo tempo, a metrópole é o lugar privilegiado para reprodução do capital, o que implica em um desenvolvimento combinado e desigual das relações de produção, assim como na apropriação dos espaços da cidade pela sociedade. Pois o solo urbano e a moradia são mercadorias regidas pelos interesses de um mercado fundiário e imobiliário perverso, que distribui de forma desigual à terra urbana, provocando conflitos e contradições entre as classes sociais. Diante disso, a ideia do presente estudo é desenvolver uma leitura geográfica da metrópole a luz da paisagem urbana do Pina, Recife-PE, visando à compreensão da natureza da realidade social urbana no processo de produção da cidade. Para tanto, a pesquisa está alicerçada num viés crítico e dialético, com o aporte das seguintes modalidades de pesquisa: bibliográfica, exploratória e qualitativa. A paisagem urbana do Pina apresenta o crescimento combinado e desigual da metrópole. Ademais, denota a “ausência” do Estado e a falta de condições financeiras dos indivíduos para comprar ou construir uma moradia que o contemplem integralmente com o direito à cidade, materializando uma profunda diferenciação sócio-espacial.

Palavras-chaves: Cidade, Metrópole, Paisagem Urbana, Pina, Recife.

ABSTRACT

Nowadays, the city is the society locus, especially the metropolis, for giving the best quantitative conditions for the realization of human life. Another point is that the metropolis is the privileged place to the reproduction of capital, which implies a combined and uneven development of the relations of production, as well as the appropriation of spaces in the city by society. This happen because the urban and housing land are goods governed by the interests of a land market and malicious real estate, which distributes in an uneven way of the urban land, causing conflicts and contradictions between social classes. In this regard, the present study's idea is to develop a geographical reading of the metropolis to the vision of the urban view from Pina, Recife-PE, aiming to the comprehension the nature of urban social reality in the process of the city production. Therefore, the research has a critical and dialectical bias, with the contribution of the following types of research: bibliography, exploratory and qualitative. The urban landscape

¹ Mestre em Geografia pela UFPE, Professor da Escola Ambiental de Lajedo e Professor convidado da UPE / Campus Garanhuns.

² Doutora em Geografia Humana pela USP e Professora do Departamento de Geografia (UFPE).

³ Doutora em Geografia Humana pela USP e Professora do Departamento de História (UFRPE).

of Pina shows the combined and uneven growth of the metropolis. Furthermore, it denotes the "absence" of the state and the missing financial conditions of individuals to buy or build a house that fully contemplates with the city law, materializing a deep socio-spatial differentiation.

Keywords: City, Metropolis, Townscape, Pina, Recife.

1. INTRODUÇÃO

Hodiernamente, mais da metade da população mundial, cerca de 51%, vive em cidades, e estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que, até o ano de 2050, cerca de 70% da população mundial residirá em cidades. No Brasil, conforme o Censo 2010 do IBGE, a população urbana atinge o patamar de 84%. Assim, o urbano vai se constituindo como uma grande banalidade, no sentido objetivo de ser presente enquanto expansão do processo de urbanização na escala mundial. Nessa direção, refletir sobre a cidade é pensar sobre o principal habitat humano, o *locus* da vida social.

A natureza da cidade se "revela" cada vez mais complexa, portanto, estudá-la não é uma tarefa fácil por se tratar de um objeto multifacetado, que envolve múltiplos processos, escalas, agentes, conflitos e contradições. Sumariando, a cidade é um texto difícil de ler, e a sua apreensão requer a priori uma historicização (pré-texto), para posteriormente se efetivar a leitura crítica dos processos (contexto) que induzem a sua estrutura e dinâmica, bem como dos seus reflexos, isto é, a sua interação com essas forças.

Parte dos conflitos e contradições supracitados são engendrados pela lógica do mercado fundiário, que no processo de distribuição da propriedade privada da terra estabelece como primazia as classes sociais de alto poder aquisitivo em detrimento das classes menos aquinhoadas. Nesse sentido evidencia-se a segregação socioespacial, implicando na negação do direito à cidade para alguns, e concomitantemente emerge as lutas de classes. Para ler esse aspecto da cidade, faz-se necessário imbricar suas três dimensões: pré-texto, texto e contexto. Essa conjuntura é capaz de ser capturada através e a partir da paisagem urbana, por reunir a acumulação de tempos do passado e do presente na materialidade, além do tempo da vida.

Diante disso, a ideia do presente estudo é desenvolver uma leitura geográfica da metrópole à luz da paisagem urbana do Pina, Recife-PE, visando à compreensão da natureza da realidade social urbana no processo de produção da cidade. Para tanto, traçou-se dois objetivos específicos: investigar o processo histórico de construção da paisagem urbana do Pina, para entender a sua configuração espacial no tempo presente; e analisar a atual paisagem urbana do

Pina, visando compreender as condições de vida dos moradores e revelar os contrastes da produção do espaço urbano.

Desta forma, em primeiro lugar, tece-se uma discussão acerca da questão da moradia e do direito à cidade, e se discute a categoria analítica de paisagem, com um aporte de concepções necessário para a leitura geográfica da paisagem urbana proposta na pesquisa. Logo após, situa-se o objeto de estudo, o bairro do Pina, em Recife. E por fim, se discorre sobre os resultados e constatações referentes ao objeto empírico, norteando-se pelos aspectos teóricos e por um viés crítico e dialético, a fim de dialogar o teórico e com o empírico, tomando como ponto de partida para a análise o processo histórico de formação territorial do Pina.

2. À GUIA DE APONTAMENTOS TEÓRICOS

“Historicamente mudam as características de habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço” (RODRIGUES, 2003, p.11). Assim, independente do momento histórico e dos seus aspectos habitacionais, morar é uma condição inextrincável para a realização da vida humana. Hoje, “A cidade é, de certa forma, o ápice da capacidade técnica de sobrevivência da espécie humana” (SILVA; SANTOS, 2012, p.492). Todavia, são muitos os cidadãos que não moram, e por isso se abrigam embaixo das pontes, bancos de praças, marquises e viadutos. Já outros indivíduos, não moram corretamente, pois não são assistidos integralmente com o direito à cidade, em função de habitarem lugares impróprios para habitação e/ou não serem assistidos com infraestrutura e serviços indispensáveis para viver com dignidade.

Esse é o panorama principalmente das cidades de países periféricos, onde imperam altos índices de pobreza e a desigualdade social é gritante, como é o caso do Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o índice de Gini do Brasil, em 2012, foi de 0,522. Enquanto, o déficit habitacional total corresponde a 5,24 milhões de domicílios. Esses dados numéricos expressam, em certa medida, a crise social urbana brasileira, mas não revelam a sua essência, o cotidiano social na cidade. Conforme Souza (2003), essa matematização da realidade social não revela muita coisa, preconiza somente a “verdade” desejada pelas instituições internacionais. Além disso, a linguagem matemática é vazia de conteúdo e exprime apenas as características estruturais de uma situação (RAPOPORT, 1976).

Destarte, é preciso pensar a cidade além dos números que amiúde nos são apresentados através dos meios de comunicação, sob a patente do Estado e/ou de instituições internacionais, pois essa matematização ensombrece a natureza social da cidade. Ana Fani Carlos afirma que “A

cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura” (CARLOS, 2015, p.26). Diante disso, emana inevitavelmente um questionamento: como apreender e compreender a natureza da realidade social urbana no que toca a questão da moradia e do direito à cidade?

Para melhor compreensão da problemática levantada, a priori se discorrerá acerca da questão da moradia e do direito à cidade, para ulteriormente adentrar na discussão concernente à categoria de análise. Como dito, a cidade é hoje o *locus* da vida social, sobretudo a metrópole. Conforme Santos (2012, p.322):

[...] a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir.

Sendo assim, a cidade é uma enorme fornecedora de possibilidades para as diversas classes sobreviverem. No entanto, é também o lugar da escassez e da necessidade, já que sob a égide do modo de produção capitalista, se caracteriza por um desenvolvimento combinado e desigual, a partir da divisão técnica e social do trabalho e de suas relações sócio-econômicas de dominação/subordinação, que resulta no aprofundamento das desigualdades sociais, nítidas na paisagem urbana através do afloramento de desigualdades espaciais. Em outros termos, o solo urbano e a infraestrutura que o circunda são apropriados de forma desigual em termos quantitativos e qualitativos, conforme o indivíduo pode pagar. De acordo com Albuquerque e Gomes (2013, p. 5), “o espaço, diante do que já foi discutido anteriormente, está imbuído de diversas representações criadas como estratégias capitalistas e reproduzidas pela sociedade, representações estas que findam por agregar valor ou não ao espaço, caracterizando-o como uma mercadoria.”

Carlos (2015), assevera que o cerne da crise urbana atual está ancorado nas regras do mercado fundiário (no comércio da propriedade privada), tanto no que diz respeito ao acesso à moradia, como às condições de vida, expressas na contradição entre ricos e pobres. Trata-se de uma lógica de mercado que serve antes de tudo para atender as necessidades e anseios da demanda solvável da sociedade, e não ao proletariado.

Nesse sentido, a cidade é uma condição material de sobrevivência, onde a dignidade e o lazer são adquiridos de acordo com o potencial econômico do cidadão. Desta forma, a cidade é o espaço de todos, isto é, o lugar dos ricos que lutam por privilégios, e dos pobres que lutam para sobreviverem. Então, a cidade capitalista é um espaço heterogêneo, regido pela reciprocidade combinada e desigual entre ricos e pobres, relação essa que se instala como uma fábrica de

perversidades para muitos cidadãos, dentre estas, a segregação sócio-espacial, a qual expropria os direitos humanos, tais como o de morar corretamente, que em outros termos, significa morar em um lugar ambientalmente adequado, com infraestrutura e serviços básicos.

No que tange ao direito à cidade, Lefebvre (2001) reúne uma série de necessidades sociais objetivas e subjetivas inerentes à vida do cidadão: segurança, liberdade, convicções, imprevisibilidade, relações sociais e interpessoais, trabalho, alimentação, lazer, entretenimento, informação, simbolismo, imaginário, dentre outras. Eis “o direito à cidade”, um conjunto de condições sociais, econômicas, políticas, jurídicas, ambientais e culturais indispensáveis para a vida do indivíduo e da sociedade. Em muitos casos, quando sentem ameaçado o direito a morar e/ou da ausência ou precariedade dos equipamentos coletivos e serviços fulcrais (educação, saúde, segurança) para o cotidiano, os cidadãos se unem, e lutam organizadamente para serem cidadãos. “Como consequência surgem os movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade no seu sentido pleno – o habitar e tudo que isso implica, não se restringindo apenas à luta por equipamentos urbanos” (CARLOS, 2015, p.23).

No tocante a categoria analítica para desvendar a essência da realidade social urbana na metrópole, adotou-se a paisagem urbana. Pois segundo a paisagem urbana metropolitana expressa a segregação espacial decorrente da desigual distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Segundo Albuquerque e Gomes (2013b, p. 9):

[...] a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir.

Sendo assim, a cidade é uma enorme fornecedora de possibilidades para as diversas classes sobreviverem. No entanto, é também o lugar da escassez e da necessidade, já que sob a égide do modo de produção capitalista, se caracteriza por um desenvolvimento combinado e desigual, a partir da divisão técnica e social do trabalho e de suas relações sócio-econômicas de dominação/subordinação, que resulta no aprofundamento das desigualdades sociais, nítidas na paisagem urbana através do afloramento de desigualdades espaciais. Em outros termos, o solo urbano e a infraestrutura que o circunda são apropriados de forma desigual em termos quantitativos e qualitativos, conforme o indivíduo pode pagar. De acordo com Albuquerque e Gomes (2013, p. 5), “o espaço, diante do que já foi discutido anteriormente, está imbuído de diversas representações criadas como estratégias capitalistas e reproduzidas pela sociedade, representações estas que findam por agregar valor ou não ao espaço, caracterizando-o como uma mercadoria.”

Carlos (2015), assevera que o cerne da crise urbana atual está ancorado nas regras do mercado fundiário (no comércio da propriedade privada), tanto no que diz respeito ao acesso à moradia, como às condições de vida, expressas na contradição entre ricos e pobres. Trata-se de uma lógica de mercado que serve antes de tudo para atender as necessidades e anseios da demanda solvável da sociedade, e não ao proletariado.

Nesse sentido, a cidade é uma condição material de sobrevivência, onde a dignidade e o lazer são adquiridos de acordo com o potencial econômico do cidadão. Desta forma, a cidade é o espaço de todos, isto é, o lugar dos ricos que lutam por privilégios, e dos pobres que lutam para sobreviverem. Então, a cidade capitalista é um espaço heterogêneo, regido pela reciprocidade combinada e desigual entre ricos e pobres, relação essa que se instala como uma fábrica de perversidades para muitos cidadãos, dentre estas, a segregação sócio-espacial, a qual expropria os direitos humanos, tais como o de morar corretamente, que em outros termos, significa morar em um lugar ambientalmente adequado, com infraestrutura e serviços básicos.

No que tange ao direito à cidade, Lefebvre (2001) reúne uma série de necessidades sociais objetivas e subjetivas inerentes à vida do cidadão: segurança, liberdade, convicções, imprevisibilidade, relações sociais e interpessoais, trabalho, alimentação, lazer, entretenimento, informação, simbolismo, imaginário, dentre outras. Eis “o direito à cidade”, um conjunto de condições sociais, econômicas, políticas, jurídicas, ambientais e culturais indispensáveis para a vida do indivíduo e da sociedade. Em muitos casos, quando sentem ameaçado o direito a morar e/ou da ausência ou precariedade dos equipamentos coletivos e serviços fulcrais (educação, saúde, segurança) para o cotidiano, os cidadãos se unem, e lutam organizadamente para serem cidadãos. “Como consequência surgem os movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade no seu sentido pleno – o habitar e tudo que isso implica, não se restringindo apenas à luta por equipamentos urbanos” (CARLOS, 2015, p.23).

No tocante a categoria analítica para desvendar a essência da realidade social urbana na metrópole, adotou-se a paisagem urbana. Pois segundo a paisagem urbana metropolitana expressa a segregação espacial decorrente da desigual distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Segundo Albuquerque e Gomes (2013b, p. 9):

As cidades estão compostas por signos que referenciam o capital, e agregam valor à terra. Estes signos se apresentam como mediações para realização do capital, que comparecem com mais intensidade quando se observa o movimento do valor que agregam à terra urbana. Eles podem ser expressos de forma direta e ou indireta, sutil, refinada ou mais visível, e se consolidam de acordo com os diferentes níveis de alienação.

Mas como apreender as contradições da paisagem urbana? Para responder esse questionamento é preciso ter conhecimento de dois princípios básicos no que se refere à paisagem: a escala de análise e a especificidade da percepção do observador. A escala diz respeito à amplitude apreendida, a qual varia de acordo com a localização do observador, neste princípio quanto maior o seu campo de visão, ou seja, na medida em que ocorre a elevação da altura do observador maximiza-se a paisagem, desde uma escada a um avião, etc, tendo ele uma visão panorâmica de como estão dispostos objetos no espaço. Já a percepção do observador, essa é particular a cada indivíduo, pois as formas e a dinâmica espacial serão capturadas pelos observadores visual e cognitivamente de forma distinta. Deste modo, a análise da paisagem também é particular, na maioria das vezes as pessoas apenas relatam uma descrição do imediato, ou seja, da materialidade, ao passo que escapa a sua subjetividade, o movimento, enfim, a dinâmica do espaço. Para clarificar a questão, se discutirá algumas concepções de paisagem, que estabelecem referenciais que devem ser adotados na leitura geográfica da paisagem urbana.

Partindo deste conceito, pode-se dizer que a paisagem é inerente aos sentidos do indivíduo, mormente a visão. Sumariando, sem o indivíduo a paisagem não existe. Gomes (2001, p.56), diz que “A paisagem só existe a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos de conteúdo e forma dos elementos num jogo de mosaicos”.

De acordo com Silva (2015, p.242), “A paisagem é uma espécie de retrato temporário de determinada porção do espaço, que pode ser apreendido pela observação de imagens (retratos propriamente ditos) e/ou pelo simples olhar do entorno, daquilo se apresenta ao nosso redor, e também do horizonte”.

Para Carlos (2015), a paisagem urbana apresenta dois aspectos: o espaço construído e o movimento da vida. O primeiro, diz respeito ao imediato, ao sensível, isto é, a materialidade, o concreto, que pode ser percebido objetivamente, e que exprime os contrastes e contradições entre as classes sociais, enquanto que o movimento da vida se refere ao acontecer cotidiano, a dinâmica das pessoas na cidade.

A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência “caótica”, sob qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Mas por que caótica? Porque o nível da aparência, do que se vê, é o nível do não explicado, não entendido. Esta paisagem, este “instantâneo” que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático, mas prenhe de movimento de vida, de uma vida rica de relações que o homem (o indivíduo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie. Sob essa aparência estática se esconde e se revela todo o dinamismo do processo de existência da paisagem, produto de uma relação fundamentada em contradições, em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo das relações sociais. (CARLOS, 2015, p. 38)

Isto posto, a leitura da paisagem urbana do Pina permite por meio das formas (materialidade) e do seu conteúdo social (movimento da vida) fazer a leitura inicial da produção desse espaço a partir da aparência, contudo é preciso buscar as mediações históricas e matérias a fim de entender a essência da realidade espacial, já que além de possibilitar a apreensão da sua organização e dinâmica, conduz o olhar para compreensão dos seus agentes, processos, conflitos e contradições.

3. METODOLOGIA

O presente estudo parte de um viés crítico e dialético, vinculado a categoria analítica da paisagem urbana, considerando-a enquanto uma totalidade, isto é, a realidade em movimento. Em outros termos, é considerar a paisagem urbana como uma porção do espaço que resulta da acumulação de tempos passados, do tempo presente, que ao mesmo é condição para o devir. Nesta perspectiva, se desenvolve uma abordagem histórica para pensar o Pina enquanto parte de uma totalidade, e assim entender como ocorrera a construção dos aspectos que o caracterizam hoje.

Além disso, a leitura da paisagem urbana também possibilita a apreensão da estrutura e dinâmica do espaço, por meio do espaço construído chega-se a estrutura, ao passo que o movimento da vida conduz o olhar para a compreensão da dinâmica do espaço, neste caso, o bairro do Pina. Essas duas facetas da paisagem urbana são o veio para compreender as contradições, ou seja, as desigualdades sócio-espaciais, e os conflitos entre os agentes que produzem o espaço urbano, a partir da resistência frente a lógica perversa impelida pelo mercado imobiliário.

A esse estudo se soma as seguintes modalidades de pesquisa: bibliográfica, exploratória e qualitativa. A pesquisa bibliográfica se realizou por meio da consulta de livros e artigos referentes à temática abordada, para aquisição de embasamento teórico-conceitual e metodológico, visando também otimizar a apreensão das relações socioespaciais no campo empírico. Ao passo que, na pesquisa exploratória, consultaram-se sites, artigos e periódicos, visando o levantamento de informações sobre o objeto empírico. A pesquisa qualitativa foi baseada em um estudo de campo, onde se caracterizou as condições de vida dos moradores, identificaram-se os contrastes na paisagem urbana. Além disso, essa pesquisa de campo se serviu de um trabalho fotográfico, relevante para a exposição da realidade social urbana do Pina.

4. O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO PINA E OS SEUS ATUAIS ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

O Bairro do Pina, está localizado na zona sul da cidade do Recife, especificamente no litoral da capital pernambucana (Figura 1). Trata-se de um bairro cujo sítio urbano está constituído como uma planície flúvio-marinha, onde áreas foram aterradas ao longo do tempo para viabilizar a habitação. Segundo a Prefeitura da Cidade Recife (PCR) a área territorial do Pina compreende a 629 ha, com uma população total de aproximadamente 29,176 habitantes.

Quanto a origem do nome do bairro, esse decorre de dois irmãos portugueses, cujo sobrenome era Pina. Os irmãos Pina tomaram posse da ilha em primórdios do Brasil Colonial, instalaram um armazém para comercialização de açúcar com a Europa. E por isso ao se referir a esse faziam menção ao nome Pina.

Historicamente, o atual bairro do Pina, antes de sua ocupação e apropriação social urbana, não passava de um conjunto de pequenas ilhas de difícil acesso, circundadas por rios, riachos, manguezais e pelo mar. Sua habitação se deu a partir da colonização portuguesa, com a instalação de jesuítas, dos irmãos Pina e com a predominância de negros foragidos que viviam da pesca.

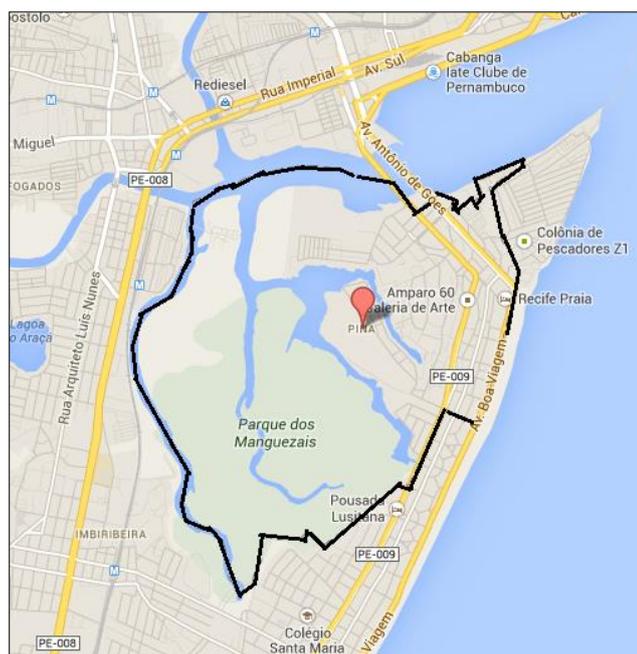


Figura 1 - Mapa de Localização do Pina.

Fonte: *Google Maps* (2013), adaptado por Julio César Félix.

A consolidação da ocupação territorial do Pina, só ocorreria quando da sua inserção no processo de apropriação social urbana efetivada através da execução do Plano de

Desenvolvimento e Modernização do Recife, especificamente entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, objetivando o alargamento e criação de ruas, melhorar a estética urbana, criar praças e parques, regulamentar construções e ampliar o sistema de saneamento básico. Sumariando, a ideia foi implementar uma reforma urbana pautada na fisionomia de beleza e higienização da cidade.

No Recife, essas intervenções se materializaram em um amplo conjunto de plano e obras que compreendeu o Plano de Saneamento do Recife (1909 – 1915) de autoria do Eng. Saturnino de Brito, uma reforma completa do bairro portuário denominado Bairro do Recife, tanto do tecido urbano como do Porto em si (Novo Projeto de Melhoramentos do Porto, 1909 – 1926), além de um movimento de estruturação dos organismos de salubridade .

Nesse projeto o Pina foi um ponto de interseção, para abrigo de trabalhadores, máquinas e equipamentos (para manutenção e produção) envolvidos na produção do espaço urbano do Recife. Segundo Pereira (2008), nesse período a oferta de trabalho e a construção de casas de madeira impulsionou a chegada de pessoas e, por conseguinte, houve um pequeno aumento populacional. Para o autor, outro fator que engendrou a maior ocupação (desordenada) do Pina, foi a privação de muitos pescadores ao mar, devido a construção do dique e do fechamento de Barreta de Jangadas. Em virtude disso, em meados do século XIX, o Coronel João Fernandes Guedes, delega o controle das concessões de uso das terras no Pina. Eis, que se instala dentro de um “marco jurídico” a comercialização da terra.

‘O Coronel João Guedes ficou posseiro em nome da Santa Casa, era tudo no nome dele, pegava dois mil Reis, dava a ele, podia cercar, ele fazia a cobrança em nome da Santa Casa de Misericórdia, um hospital que ninguém nunca viu’ segundo Hermínio Soares, morador do Pina, o Hospital era como “perna de cobra”. (SILVA,1990 apud PEREIRA, 2008)

Nesse período, o ambiente natural do Pina começa a ser artificializado paulatinamente, e ganha alguns incrementos, como os aterros necessários para viabilizar a habitação. Embora, nesse momento ainda imperasse traços fortes dos aspectos físico-naturais nativos. No tocante aos aspectos socioespaciais, o Pina possuía uma população reduzida, onde uma minoria dirigente se abrigava nas alvenarias existentes (a casa grande, antiga sede da Fazenda da Barreta que se tornara casa de veraneio do Barão do Livramento, as ruínas do forte holandês, o Lazareto , a casa do Coronel João Guedes e as oficinas do porto), enquanto os demais residiam em moradias de madeira e palha.

As casas dos pescadores eram poucas, feitas de pau de mangue com as paredes e o telhado de palha de coqueiro. A população das ilhas do Pina além dos funcionários do porto, era constituída basicamente de pescadores jangadeiros, marisqueiros, canoieiros e ex-escravos,

gente sem qualificação profissional, expulsa de outras áreas mais centrais da cidade do Recife, que encontravam naquele local, pescaria abundante para subsistência da família. Nessa direção, percebe-se que a divisão social e territorial do trabalho implica na diferenciação socioespacial, por acesso a terra ser privado, sua distribuição ocorre de forma desigual quantitativa e qualitativamente, colocando de um lado a elite que ocupava a cidade do Recife, e de outro os indivíduos que não satisfaziam tecnicamente o mercado de trabalho, esses ocupavam áreas ambientalmente frágeis e desprovidas de infraestrutura básica para habitação, como o Pina. Esse processo vai ao encontro do que Carlos sugere quando afirma que “Assim, a diferenciação dos usos será a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico” (CARLOS, 2015, p.46).

Ao mesmo tempo, outro fato que resultou no processo de ocupação do bairro, foi a abolição da escravidão, que promoveu construção dos mocambos, concomitantemente há a elevação no crescimento da população no Pina. De acordo com Pereira (2008), somente em 1910, ocorre um adensamento, e se configura os arruados e os primeiros quarteirões. As moradias definiam a limitação das ruas, e a ausência de cercas indicava que a habitação se constituía em valor de uso e a posse do terreno não representava um elemento da preocupação dos moradores naquela época. Assim, em meio ao lamaçal, os aterros se intensificavam, as técnicas de habitação de madeira e palha eram reproduzidas, e as famílias e o bairro foram se expandindo.

Tomando a figura 2 como paisagem urbana histórica do Pina, que data da década de 1940, e atribuindo como referência a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada na atual Av. Herculano Bandeira, depreende-se os aspectos físico-naturais e socioespaciais supracitados, a presença significativa de cobertura vegetal aos arredores das casas. Mais ao fundo, onde hoje é a comunidade do Bode, há pequenos casebres (provavelmente de madeira pela época e pelo porte aparente) construídos sem um ordenamento, e na Av. Herculano Bandeira, é nítido o aparecimento de algumas casas de alvenaria.

A reforma urbana do Recife estava imbuída ideologicamente do binômio desenvolvimento e modernização, e no seu âmago trazia um novo modo de vida, uma nova cultura urbana: o convívio social nas praias. Portanto, houve uma valorização do espaço litorâneo, tornando as praias que eram paisagem residual, em lugar de esportes, entretenimento, do lazer e de cura para as classes elevado poder aquisitivo. Essa mudança ideológica da sociedade, só se torna possível graças a expansão da malha urbana na direção do litoral, com o aporte de um conjunto de infraestruturas e transformações da realidade pré-existente. Quanto ao processo de ocupação, Carlos (2015, p.45) assevera que, “O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação,

seja de produzir, consumir, habitar ou viver”. No caso da ocupação da área litorânea do Recife, esta é condicionada por esse conjunto de necessidades orientadas pelo aproveitamento das praias.

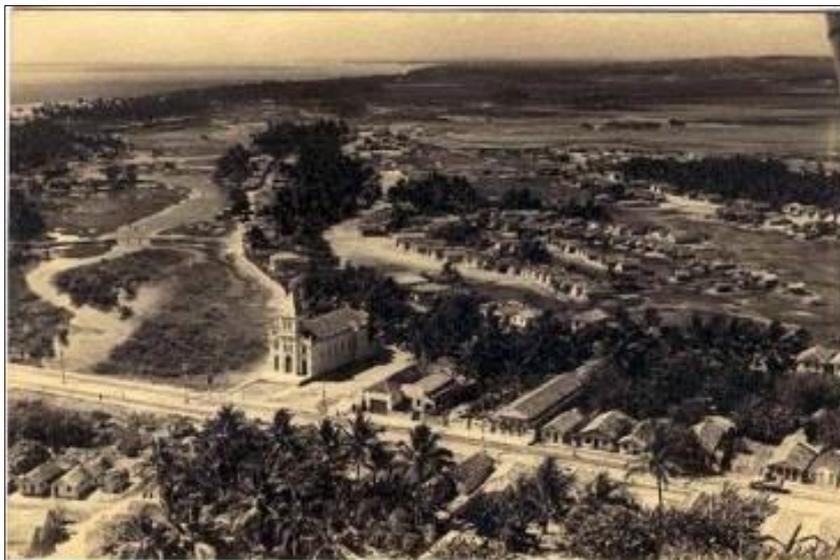


Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário no Pina.

Fonte: Paulo Lyra, década de 1940.

Como dito, na reforma urbana do Recife se desenvolve o Plano de Esgotamento Sanitário do Recife, no governo Herculano Bandeira, o projeto sob a coordenação do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Essa obra pública de modernização atende às necessidades de muitos recifenses, mas os moradores do Pina não se tornam beneficiários, pois o que passam a contemplar é o despejo dos efluentes na praia. Segundo Pereira (2008) a comunidade afrodescendente, tinha o privilégio de morar na praia do Pina, e que pela nova cultura urbana se firmava como área de veraneio, passa a ser estigmatizada pelos cidadãos em decorrência dos esgotos que poluíram suas águas.

Destarte, percebe-se nitidamente que as intervenções do Estado atendem prioritariamente as classes sociais de elevado poder aquisitivo, enquanto os moradores do Pina passam “desapercebidos”, no sentido de não serem beneficiados com as grandes construções, pelo contrário essas implicaram na segregação sócio-espacial de moradores.

Corroborando o que já foi exposto, fica evidente a atuação tendenciosa do Estado, por desenvolver intervenções que além de não atingirem satisfatoriamente toda a população, se apropria de parte de recursos naturais do local para a construção das obras que acabam por expulsar parte dos moradores do mesmo. De acordo com Albuquerque e Gomes (2013b, p.3):

E é diante deste contexto político e estratégico que Estado se apresenta como sendo o principal interlocutor entre os agentes na produção do espaço, por ser

o agente regulador, que irá definir as normas que regem o mercado de terras. O Estado também tem o poder estratégico de estruturação do espaço através de instrumentos de intervenção diretos e indiretos, que influenciam no preço da terra. Este pode determinar uma área de expansão urbana, ou apenas promover uma infraestrutura em função de uma área já escolhida pelos empreendedores.

Em meio a esse contexto, emerge a resistência legítima da população do local, que persiste com a luta política e cultural até hoje, de forma organizada por meio da sociedade civil e de associações comunitárias, em prol do direito à cidade no sentido amplo. Esse cenário é representado na figura 3, pois evidencia a luta por justiça na comunidade Vila Oliveira, que se discorrerá posteriormente. Nesta ótica, Carlos (2015, p.88), diz que trata-se de “Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. É o direito à participação numa sociedade de excluídos”.



Figura 3 - Faixas exigindo justiça pela Vila Oliveira (Pina).

Fonte: Fábio Peixoto, 2013.

Nas décadas seguintes, a paisagem (figura 4) imediatamente o crescimento urbano no Pina, principalmente na beira-mar, as casas de madeira foram substituídas por casas grandes de alvenaria e edifícios. Nota-se a articulação do Estado por meio das construções com os promotores imobiliários. Desta forma, a luta dos moradores do Pina não é somente contra o Estado (paternalista), que preconiza a produção capitalista do espaço urbano, mas também direciona-se contra o mercado imobiliário. De acordo com Corrêa (1995, p.23-24),

A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada.



Figura 4 - Curva do Pina - Cassino Americano – Anos 70.

Fonte: Paulo Lyra, década de 1970.

Hoje, no Pina, parte dos moradores reside em casas de alvenaria, muitas construídas através do sistema de autoconstrução (figura 5), e caracterizam-se como pequenas e inacabadas, algumas com primeiro e até segundo andar. A despeito de ter se modificado as técnicas e materiais de construção ao longo do tempo, muitos indivíduos ainda moram em casas de madeira, nas palafitas, próximos a maré, como pode-se ver na figura 6.



Figura 5 - Casas de autoconstrução no Pina.

Fonte: Fábio Peixoto, 2013.



Figura 6 - Palafitas do Pina

Fonte: Fábio Peixoto, 2013

Em contraponto, Albuquerque e Gomes (2013b, p. 4) afirmam que “no bairro do Pina, por exemplo, houve uma modificação no que tange o uso do solo, alterando o gabarito dos edifícios em função da retirada da Rádio Pina, no início dos anos 2000, que impossibilitava a construção de edifícios com mais de 6 andares.”, o que tem modificado a paisagem desta áreas, e acentuando o conflito de classes pela luta de terrenos, na zona sul do Recife.

A figura 5, além de expressar os avanços em termos de materialidade, a própria paisagem torna evidente os contrastes, a partir da analogia do padrão das habitações e da coexistência de tempos em relação aos objetos técnicos utilizados pelos próprios moradores. Os contrastes se tornam ainda mais notórios ao analisar as palafitas frente aos grandes edifícios que gradativamente se apropriam do bairro do Pina. Deste modo, “A paisagem geográfica revela, assim, os antagonismos e as contradições inerentes ao processo de produção do espaço num determinado momento histórico” (CARLOS, 2015, p.42). As figuras 7 e 8 ilustram perfeitamente essa realidade contraditória.



Figura 7 - Os edifícios nos arredores do Pina

Fonte: Fábio Peixoto, 2013



Figura 8 - Precarização de serviços públicos

Fonte: Fábio Peixoto, 2013

O Bairro do Pina, hoje, está cada vez mais no escopo da especulação imobiliária assim como do comércio, sendo um obstáculo para a implantação de infraestrutura que valorizam o entorno e/ou um espaço de oportunidades para a construção de grandes edifícios e comercialização de apartamentos e produtos com as classes mais abastadas da cidade. Em 2012, essa lógica foi tecida a partir da construção do empreendimento Shopping RioMar no seio do Bairro Pina. Conforme Silva; Gomes (2013, p.78), “Segundo relatos de moradores e moradoras, desde as primeiras notícias sobre o início da construção do empreendimento comercial em foco

no Pina – Shopping RioMar –, em 2009, já receberam visita de diversas empresas imobiliárias, demonstrando interesse pela compra de casas”. Vale ressaltar que a produção dessa contradição resultou na expulsão “pacífica” de pessoas – a figura 9 mostra o terreno onde fora construído o Shopping RioMar – que há tempos fizeram dele o seu lugar de morar, e tiveram suas casas demolidas, junto a isso, se expropriou atividade econômica de muitas famílias do local, a pesca. Como afirmam Albuquerque e Gomes (2013, p. 13):

Contudo, em função da necessidade constante de ampliação de espaços a serem consumidos, há um movimento dialético de criação-destruição, tanto dos objetos quanto das práticas cotidianas, das relações sociais e dos signos e significados da cidade. Esse movimento se dá como estratégia de burlar as resistências e ampliar as alienações em relação às ações que estão sendo tomada nessa estruturação da cidade para e do capital, que serão usufruídas por poucos, mas dizem respeito à totalidade.

Deste modo, na relação entre o público e o privado são tecidos os processos de reprodução capitalista no/do espaço urbano, segregando espacialmente e parcelando reivindicações do direito à cidade, no intuito de garantir a configuração urbana moderna do capital imobiliário e comercial. Por outro lado, parte dos moradores mais pobres do Pina, lutam política e culturalmente para no mínimo assegurarem a moradia, mesmo convivendo com a falta e/ou precarização dos serviços essenciais para o viver cotidiano.



Figura 9 - Local de construção do Shopping RioMar e da Comunidade do Bode

Fonte: Kelly Regina, 2013

5. PARA NÃO CONCLUIR

Muitos são os que lutam em Recife por acesso a uma moradia decente e a serviços e equipamentos coletivos que se constituem necessários para se conseguir viver com o mínimo de dignidade, dentre estes os moradores mais pobres do Pina. Trata-se de uma população que historicamente não mora corretamente, considerando as condições ambientais onde foi edificado o bairro, e a precarização das condições de vida no que tange a moradia.

O bairro do Pina apresenta o crescimento combinado e desigual da cidade, por ser uma população historicamente negada pelo Estado em suas intervenções urbanas, e pela desigualdade nas relações sociais e técnicas do trabalho. Essa conjuntura que envolve a “ausência” do Estado e de condições financeiras dos indivíduos para comprar ou construir uma moradia que o contemplem integralmente com o direito à cidade, materializa uma profunda diferenciação socioespacial, claramente expostas por meio dos contrastes apresentados nas paisagens urbanas do Pina. De um lado, as pequenas casas feitas através do sistema de autoconstrução e o parcelamento de reivindicações através de serviços e infraestrutura básica, e de outro, os grandes empreendimentos imobiliários e comerciais.

Por fim, pode-se dizer que parte dos cidadãos do Pina, se configura como excluídos do direito à cidade no sentido amplo, que resistem em viver em uma área carente de equipamentos e serviços públicos, e até inadequada para habitação, o que agudiza as condições de vida desta população, mormente dos moradores que residem em palafitas próximo à maré. Assim, muitos são os que não “dormem” no bairro do Pina, pensando na ameaça de não morarem no dia seguinte e de não serem assistidos com aquilo que é essencial para uma vida digna, ou devido ao receio da materialização de algum risco danoso a integridade material e física dos mesmos. Eis a natureza social urbana no processo de produção da cidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE; Mariana Zerbone A.; GOMES, Edvânia Torres A. *Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife*. In: Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: 2013.
- _____. *A Via Mangue no processo de produção do espaço da cidade do Recife*. In: Anais do X ENANPEGE. Campinas: 2013b.
- CARLOS, Ana Fani. *A cidade*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- GOMES, Edvânia Torres. *Natureza e cultura: representações na paisagem*. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- IBGE. *Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 de out. de 2013.

- IPEA. *Renda cresce em 2012 e brasileiro está satisfeito*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 23 de out. de 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LYRA, Paulo. *Fotos antigas: praia do Pina, Boa Viagem e Piedade – Recife*. Disponível em: <http://plubambo.blogspot.com.br/2012/04/fotos-avenida-boa-viagem-e-pina.html>. Acesso em: 17 de dez. de 2013.
- MOREIRA, Fernando. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909 - 1926)*. Disponível em: <http://www.anpur.org.br>. Acesso em: 16 de dez. de 2013.
- ONU. *ONU: mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050*. Disponível em: <http://www.onu.org.br/>. Acesso em: 20 de jul. de 2013.
- PCR. *A cidade: Pina*. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 13 de dez. de 2013.
- PEREIRA, Oswaldo. *Histórias do Pina. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008*. Disponível em: http://praiadopina.blogspot.com.br/2010_07_01_archive.html. Acesso em: 13 de dez. de 2013.
- RAPOPORT, Anatol. Aspectos matemáticos da análise geral dos sistemas. In: BERTALANFFY, Ludwig Von et al. *Teoria dos sistemas*. Série Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. Hucitec. São Paulo 1988.
- _____. *O espaço do cidadão*. 5. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- _____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SILVA, Julio César. Categorias analíticas da geografia: caminhos para leitura do espaço geográfico. *Diálogos: revista de estudos culturais e da contemporaneidade*, v. 1, n. 14, p. 237-250, Ago./Set. 2015.
- SILVA, Julio César; SANTOS, Clélio C. Problemática Ambiental dos Rios Urbanos: Vulnerabilidades e Riscos nas Margens do Riacho da Prata na Cidade de Lajedo-PE. *Revista Brasileira de Geografia Física*. Recife, v. 5, n.3, p. 488 - 508, 11 dez. 2012.
- SILVA, Kelly; GOMES, Edvânia Torres. “A cidade não pára, a cidade só cresce”: o crescimento econômico e a segregação socioespacial. *Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, v. 2, n.2, p. 69-81, 2013.
- SOUZA, Maria Adélia. A Felicidade, os Números e as Metáforas. *O Povo*, Fortaleza - CE, 11 mar. 2003.
- SPOSITO, Maria Encarnação. *Capitalismo e urbanização*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Recebido em 13 de Novembro 2015

Aceito em 23 de Fevereiro 2016